

DIREITO DO CONSUMIDOR

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
<u>Código de Defesa do Consumidor</u>	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Decreto Federal nº 10.051, de 09 de outubro de 2019</u>	Institui o Colégio de Ouvidores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
<u>Decreto Federal nº 9.960, de 08 de agosto de 2019</u>	Institui a Comissão de Estudos Permanentes de Acidentes de Consumo.
<u>Decreto Federal nº 9.882, de 27 de junho de 2019</u>	Altera o Decreto nº 8.573, de 19 de novembro de 2015, que dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo.
<u>Lei Federal nº 13.828, de 13 de maio de 2019</u>	Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, lei da comunicação audiovisual de acesso condicionado, para incluir como direito dos assinantes a possibilidade de cancelamento dos serviços de TV por assinatura pessoalmente ou pela internet.
<u>Lei Federal nº 13.543, de 19 de dezembro de 2017</u>	Acrescenta dispositivo à Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.
<u>Lei Federal nº 13.486, de 3 de outubro de 2017</u>	Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre os deveres do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços e de informar, quando for o caso, sobre o risco de contaminação.
<u>Lei Federal nº 13.455, de 26 de junho de 2017</u>	Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004.

<u>Lei Federal nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015</u>	Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.
<u>Decreto Federal nº 8.573, de 19 de novembro de 2015</u>	Dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 13.175, de 21 de outubro de 2015</u>	Acrescenta art. 2o-A à Lei no 10.962, de 11 de outubro de 2004, que dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor, para obrigar a informação do preço por unidade de medida na comercialização de produtos fracionados em pequenas quantidades.
<u>Lei Federal nº 13.111, de 25 de março de 2015</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.
<u>Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014</u>	Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, e dá outras providências.
<u>Resolução nº 632, de 7 de março de 2014</u>	Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC.
<u>Decreto Federal nº 7.986, de 15 de abril de 2013</u>	Altera o Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, que institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara das Relações de Consumo.
<u>Lei Federal nº 12.738, de 30 de novembro de 2012</u>	Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, para tornar obrigatório o fornecimento de bolsas de colostomia, ileostomia e urostomia, de coletor de urina e de sonda vesical pelos planos privados de assistência à saúde.
<u>Lei Federal nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012</u>	Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.
<u>Decreto Federal nº 7.829, de 17 de outubro de 2012</u>	Regulamenta a Lei no 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.
<u>Lei Federal nº 12.414, de 9 de junho de 2011</u>	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.

<u>Lei Federal nº 12.291, de 20 de julho de 2010</u>	Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.
<u>Lei Federal nº 12.039, de 1º de outubro de 2009</u>	Inclui dispositivo na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que constem, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço.
<u>Lei Federal nº 11.800, de 29 de outubro de 2008</u>	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para impedir que os fornecedores veiculem publicidade ao consumidor que aguarda, na linha telefônica, o atendimento de suas solicitações.
<u>Lei Federal nº 11.785, de 22 de setembro de 2008</u>	Altera o § 3º do art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – CDC, para definir tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Estadual nº 8.573, de 16 de outubro de 2019</u>	Altera a Lei nº 7.077, de 9 de outubro de 2015, que “obriga as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel, de TV por assinatura e de transmissão de dados via internet a oferecerem, aos consumidores com contratos em atividade, as mesmas condições para adesão aos novos planos e pacotes promocionais”, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 8.551, de 07 de outubro de 2019</u>	Dispõe sobre a inclusão de cláusula nos contratos de adesão aos serviços de telefonia fixa, de telefonia móvel e de banda larga móvel e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.462, de 08 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais colocarem os monitores da caixa registradora de forma visível para o consumidor no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8.457, de 08 de julho de 2019</u>	Determina que as agências bancárias, localizadas no âmbito do estado do rio de janeiro, recebam em seus caixas, com atendimento presencial, manualmente, os pagamentos de contas e taxas quando o sistema se encontrar indisponível (“fora do ar”).

<u>Lei Estadual nº 8.453, de 08 de julho de 2019</u>	Torna obrigatório aos estabelecimentos bancários divulgar, às pessoas físicas, o direito de opção das contas dos tipos corrente, poupança e digital, com rol de serviços essenciais, sem cobrança de tarifas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 8444, de 03 de julho de 2019</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor do fim do prazo de descontos ou vantagens temporárias oferecidos por fornecedores de produtos ou serviços.
<u>Lei Estadual nº 8420, de 18 de junho de 2019</u>	Obriga os revendedores e concessionários responsáveis pela exploração de petróleo no estado do rio de janeiro a divulgarem o preço praticado e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8389, de 03 de maio de 2019</u>	Determina que as instituições bancárias, localizadas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, permitam o acesso de clientes ao interior da agência quando o sistema se encontrar indisponível ("fora do ar").
<u>Lei Estadual nº 8388, de 02 de maio de 2019</u>	Altera a Lei 6130/2011 dispõe sobre a proibição de cobrança por uso de banheiro instalado nos shopping centers no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8357, de 01 de abril de 2019</u>	Dispõe sobre a concessão de parcelamento, antes do vencimento, nas faturas de prestação de serviço emitidas pela Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE.
<u>Lei Estadual nº 8346, de 01 de abril de 2019</u>	Altera a lei nº 6.144, de 04 de janeiro de 2012, para acrescentar informações ao consumidor em brinquedos existentes em parques de diversão e casas de festas, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8289, de 14 de janeiro de 2019</u>	Torna obrigatória a disponibilização de documento fiscal por estabelecimentos comerciais que prestam serviço de entrega ao cliente.
<u>Lei Estadual nº 8287, de 14 de janeiro de 2019</u>	Determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte dos estabelecimentos que realizam assistência técnica a consumidores de produtos e serviços e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8157, de 06 de novembro de 2018</u>	Altera a Lei 5849, de 28 de dezembro de 2010, que obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8133, de 17 de outubro 2018</u>	Altera a lei nº 6.775, de 16 de maio de 2014, para determinar a reserva obrigatória de assento para acompanhante de pessoa com deficiência nos estádios, ginásios esportivos, parques aquáticos e similares.
<u>Lei Estadual nº 8134, de 18 de outubro 2018</u>	Proíbe o fornecedor de serviços e produtos de exigir do consumidor qualquer solicitação formulada manualmente e de próprio punho.
<u>Lei Estadual nº 8041 de 29 de junho de 2018</u>	Altera as disposições contidas nos artigos 1º, 3º e 4º da Lei nº 2.486, de 21 de dezembro de 1995, que torna obrigatória a instalação de balanças

	de precisão nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 8.017, de 29 de junho de 2018</u>	a cobrança de juros de mora sobre título, fatura ou boleto cujo vencimento ocorra aos sábados, domingos ou feriados estaduais e municipais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7998 de 18 de junho de 2018</u>	Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas.
<u>Lei Estadual nº 7996, de 15 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre a livre escolha, pelo consumidor, do representante técnico dos fabricantes, importadores e comerciantes, dentre os que compõem a respectiva rede de assistência técnica autorizada ou credenciada, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7.978, de 23 de maio de 2018</u>	Altera a Lei nº 6.382, de 9 de janeiro de 2013, que obriga a divulgação de todos os anúncios, em todas as formas de comunicação, a colocarem o nome do produto à venda.
<u>Lei Estadual nº 7.952, de 14 de maio de 2018</u>	Assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência de assistência técnica no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7.927, de 27 de março de 2018 –</u>	Dispõe sobre a vedação de cadastro ou “lista negra” de consumidores que proponha ação judicial em face de fornecedores de produtos e serviços.
<u>Lei Estadual nº 7885, de 02 de março de 2018</u>	Altera a lei 4.896, de 08 de novembro de 2006, que assegura o direito de privacidade aos usuários do serviço de telefonia no âmbito do estado do Rio de Janeiro no que tange ao recebimento de ofertas de comercialização de produtos ou serviços por via telefônica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7872, de 02 de março de 2018</u>	Proíbe a prática da fidelização nos contratos de consumo e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7871, de 02 de março de 2018</u>	Dispõe sobre a responsabilidade por dano na prestação indevida de serviços de telefonia móvel e fixa no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7868, de 01 de março de 2018</u>	Altera a Lei nº 6854, de 30 de junho de 2014 que estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7841, de 10 de janeiro de 2018</u>	Veda a inclusão de taxa de serviço na conta do consumidor, em razão da opção pela modalidade de comércio de alimentos e peso e dá outras providências.

<p><u>Lei Estadual nº 7820, de 20 de dezembro de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas prestadoras de serviços de telefonia, de TV a cabo, de cartão de crédito e similares manterem, em suas páginas na internet, link próprio, que possibilite, ao consumidor, realizar a suspensão ou o cancelamento do contrato de prestação de serviço via internet.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7815, de 15 de dezembro de 2017</u></p>	<p>Altera o artigo 2º e adiciona o artigo 4º-a, da Lei nº 7077, de 09 de outubro 2015, que obriga as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel, de tv por assinatura e de transmissão de dados via internet a oferecerem, aos consumidores com contratos em atividade, as mesmas condições para adesão aos novos planos e pacotes promocionais.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7804, de 07 de dezembro de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre a privacidade dos consumidores do Estado do Rio de Janeiro, no que tange às especificações da nota fiscal e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7750, de 17 de outubro de 2017</u></p>	<p>Altera a Lei 3663, de 05 de outubro de 2001, obriga as instituições financeiras localizadas nos estado do rio de janeiro a tomarem medidas de segurança em favor dos consumidores usuários de caixas eletrônicos.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7727, de 09 de outubro de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre a inserção de informações sobre os malefícios da automedicação no verso dos receituários médicos utilizados pela rede pública de saúde do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7635, de 26 de junho de 2017</u></p>	<p>Altera a lei 3669, de 10 de outubro de 2001, que obriga os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Rio de Janeiro, a fixar data e hora para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7633, de 19 de junho de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre o programa "de olho no vencimento" a ser implementado por adesão em todo o comércio varejista do Estado do Rio de Janeiro.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7612, de 31 de maio de 2017</u></p>	<p>Altera a Lei nº 5928 de 25 de março de 2011, que obriga a divulgação, nas embalagens, do tempo natural de degradação e das formas de descartes final dos produtos potencialmente nocivos ao ambiente e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7595, de 23 de maio de 2017</u></p>	<p>Dispõe sobre a inclusão de cachaças produzidas no Estado do Rio de Janeiro nas cartas de bebidas de bares, restaurantes e hotéis.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7592, de 19 de maio de 2017</u></p>	<p>Dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre a informação, ao consumidor, da opção pelo uso da biometria no sistema bancário e dá outras providências.</p>
<p><u>Lei Estadual nº 7583, de 16 de maio de 2017</u></p>	<p>Determina entrega de relatório do computador de bordo dos carros semi-novos e dá outras providências.</p>

<u>Lei Estadual nº 7574, de 12 de maio de 2017</u>	Obriga as empresas prestadoras de serviço a, previamente, informarem, aos consumidores, dados dos funcionários que executarão os serviços demandados em suas residências ou sedes.
<u>Lei Estadual nº 7568, de 09 de maio de 2017</u>	Obriga, aos que utilizam senhas para o atendimento ao público, a utilizarem avisos sonoros para atendimento das pessoas com deficiência visual.
<u>Lei Estadual nº 7555, de 17 de abril de 2017</u>	Proíbe as empresas fabricantes e revendedoras de rodas e pneus de efetivarem a venda casada dos produtos comercializados com outros serviços oferecidos.
<u>Lei Estadual nº 7553, de 12 de abril de 2017</u>	Proíbe o desconto em conta dos empréstimos consignados contraídos por servidores ativos e inativos, aposentados e pensionistas, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 7540, de 27 de março de 2017</u>	Acrescenta o parágrafo 2º no artigo 1º da Lei nº 3.669, de 10 de outubro de 2001 que "obriga os fornecedores de bens e serviços, localizados no Estado do Rio de Janeiro, a fixar data e hora para entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores".
<u>Lei Estadual nº 7523, de 14 de fevereiro de 2017</u>	Dispõe sobre a obrigação das prestadoras de internet móvel e banda-larga de informarem, aos usuários, o consumo da internet móvel e banda larga e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7438, de 30 de setembro de 2016</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das instituições financeiras que operam com cartão de crédito a disponibilizarem aviso de compras.
<u>Lei Estadual nº 7433, de 29 de setembro de 2016</u>	Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 2.868, de 18 de dezembro de 1997, que obriga as empresas que promovem vendas a crédito a fornecer por escrito, as razões do indeferimento dos pedidos de financiamento, bem como recibo pelas cobranças de taxas de levantamentos efetuados.
<u>Lei Estadual nº 7431, de 26 de setembro de 2016</u>	Dispõe sobre a fatura de fornecimento de água disponibilizada para emissão através internet.
<u>Lei Estadual nº 7392, de 14 de julho de 2016</u>	Obriga as empresas seguradoras a informarem ao consumidor, o motivo que justifique a recusa de sua proposta de contrato de seguro ou sua renovação.
<u>Lei Estadual nº 7290, de 31 de maio de 2016</u>	Veda o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor.
<u>Lei Estadual nº 7282, de 25 de maio de 2016</u>	Dispõe sobre o atendimento aos idosos e às pessoas com deficiência nas agências bancárias do Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 7262, de 15 de abril de 2016</u>	Proíbe a cobrança de taxa adicional a alunos com deficiência e dá outras providências.

<u>Lei Estadual nº 7.238, de 18 de março de 2016</u>	Dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que especifica no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.229, de 08 de março de 2016</u>	Proíbe os estabelecimentos e organizações comerciais do Estado do Rio de Janeiro de estabelecerem restrições para fins de troca de mercadorias.
<u>Lei Estadual nº 7165, de 18 de dezembro de 2015</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor, antecipadamente, sobre interrupção, cancelamento ou qualquer alteração de cobrança em débito automático.
<u>Lei Estadual nº 7090, de 22 outubro 2015</u>	Altera a lei nº 6.161/2012, que estabelece parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sítios eletrônicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual 7077, de 9 de outubro de 2015</u>	Obriga as empresas prestadoras de telefonia fixa, móvel, de TV por assinatura e de transmissão de dados via internet a oferecerem, aos consumidores com contratos em atividades, as mesmas condições para adesão aos novos planos e pacotes promocionais.
<u>Lei Estadual nº 6978, de 26 de março de 2015</u>	Determina a disponibilização ao consumidor de suas informações cadastrais pelos Órgãos de Proteção ao Crédito, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6973, de 25 de março de 2015</u>	Altera a lei 4536, de 04 de abril de 2005, que estabelece normas de proteção aos consumidores de combustíveis e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6913, de 03 de novembro de 2014</u>	Torna obrigatório a existência de domicílio ou filial no Estado do Rio de Janeiro as construtoras e incorporadoras que possuam empreendimentos imobiliários no âmbito do Estado.
<u>Lei Estadual nº 6884 de 09 de setembro de 2014</u>	Regulamenta a oferta de produtos e serviços apresentados ao consumidor no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6881, de 05 de setembro de 2014</u>	Obriga as operadoras de planos de saúde a avisar, previamente e individualizadamente, aos consumidores, sobre o descredenciamento de hospitais e médicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.771, de 09 de maio de 2014</u>	Altera a Lei Estadual nº 4.223, de 24 de novembro de 2003, que "determina obrigações às agências bancárias, no estado do Rio de Janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências".
<u>Lei Estadual nº 6646, de 19 de dezembro de 2013</u>	Altera a Lei Estadual n 4.936, de 20 de dezembro de 2006, garantindo ao consumidor o direito de receber comprovante de quitação anual de débitos, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6634, de 18 de dezembro de 2013</u>	Torna obrigatória a afixação de cartazes, em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas situadas no estado do Rio de

	Janeiro, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da resolução Anac nº 9, de 5 de junho de 2007 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6632, de 13 de dezembro de 2013</u>	Dispõe sobre a instalação de sistema de filmagem e gravação aos prestadores de serviços de estacionamento, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6553, de 09 de outubro de 2013.</u>	Obriga os jornais, revistas, as pessoas jurídicas que comercializam produtos ou serviços pela internet e demais meios de comunicação a exigir, dos anunciantes, que lhes informem os seus endereços, de forma a possibilitar sua identificação e acesso aos mesmos.
<u>Lei Estadual nº 6549, de 3 de outubro de 2013</u>	Proíbe, no âmbito do estado do rio de janeiro, a comercialização, sem a certificação do INMETRO e ANVISA, de próteses de silicone e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6538, de 18 de setembro de 2013</u>	Dispõe sobre a garantia de produtos substituídos por motivo de defeito insanável do fabricante.
<u>Lei Estadual nº 6531, de 12 de setembro de 2013</u>	Obriga todas as empresas, que operam com financiamento ou sistema de crediário, a fixarem, em local visível, a lei nº 3.299, de 26 de novembro de 1999, que proíbe qualquer tipo de consulta para complemento de informações cadastrais, que tenham como fonte de consulta pessoas amigas, familiares ou vizinhos do cliente pesquisado.
<u>Lei Estadual nº 6519, de 29 de agosto de 2013.</u>	Dispõe sobre a alteração da Lei nº 3426, de 21 de junho de 2000, que proíbe depósito prévio para internação em clínicas públicas e privadas no estado do rio de janeiro e dá outras providencias.
<u>Lei Estadual nº 6.755, de 15 de abril de 2014</u>	Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com o cartão de crédito.
<u>Lei Estadual nº 6.750, de 14 de abril de 2014</u>	Modifica a redação dos artigos 1º e 5º-a da Lei nº 4.223, de 24 de novembro de 2003, que determina obrigações às agências bancárias, no estado do Rio de Janeiro, em relação ao atendimento dos usuários e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6716, de 17 de março de 2014</u>	Ficam obrigadas as operadoras de cartão de crédito e débito, caso o cartão tenha sido recusado, a imprimir no ato da tentativa de compra de seu cliente, um relatório informando o motivo pelo qual a compra não foi efetivada.
<u>Lei Estadual nº 6513, de 28 de agosto de 2013</u>	Dispõe sobre informações ao consumidor no comércio à Granel.
<u>Lei Estadual nº 6.501, de 12 de agosto de 2013</u>	Assegura ao consumidor o direito de pagar o mesmo valor cobrado à vista para transações com cartão de crédito ou débito.
<u>Lei Estadual nº 6461, de 05 de junho de 2013</u>	Altera a Lei nº 2.592, de 10 de julho de 1996, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Especial de Apoio a Programas de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPROCON e a Lei nº 5.738, de 07 de junho de

	2010, que dispõe sobre a criação da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ.
<u>Lei Estadual nº 6454, de 24 de maio de 2013</u>	Disciplina a aplicação de multa às construtoras e às incorporadoras por atraso na entrega do imóvel ao comprador consumidor.
<u>Lei Estadual nº 6409, de 12 de março de 2013</u>	Altera a lei nº 3.213, de 27 de maio de 1999, que determina a disponibilização de cadeira de rodas para atendimento ao idoso nas agências bancárias situadas no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei nº 6395, de 16 de janeiro de 2013</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das locadoras de veículos terem veículos adaptados para pessoas com deficiência.
<u>Lei nº 6392, de 16 de Janeiro de 2013</u>	Obriga os estabelecimentos comerciais e lojas com mais de trezentos metros quadrados a manterem bancos ou assentos reservados, exclusivamente, aos idosos.
<u>Lei nº 6391, de 16 de Janeiro de 2013</u>	Determina que as óticas localizadas no Estado do Rio de Janeiro forneçam o certificado de qualidade do fabricante das lentes e óculos expostos à venda.
<u>Lei Estadual nº 6382, de 09 de janeiro de 2013</u>	Obriga a divulgação, de todos os anúncios, em todas as formas de comunicação a colocarem o nome da marca do produto a venda.
<u>Lei Estadual nº 6378, de 02 de janeiro de 2013</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas construtoras divulgarem os direitos dos consumidores interessados em adquirir imóvel pelo programa minha casa, minha vida, no âmbito do estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6326, de 26 de setembro de 2012</u>	Obriga os parques de diversões e circos a afixarem, nas bilheterias, de forma visível ao consumidor, o certificado de aprovação, a autorização para o funcionamento e o alvará de licença, em todo o estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6322, de 19 de setembro de 2012</u>	Dispõe sobre a divulgação de mensagem ao consumidor quando da contratação de produtos e serviços pela internet ou telefone.
<u>Lei Estadual nº 6321, de 19 de setembro de 2012</u>	Altera a Lei nº 6.103, de 8 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a regulamentação da cobrança de taxa de conveniência pelas empresas prestadoras de serviço de venda de ingressos pela internet ou telefone no estado do rio de janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6320, de 19 de setembro de 2012.</u>	Proíbe as operadoras de telefonia de cobrarem taxas de usuários dos serviços que liguem para a própria operadora.

<u>Lei Estadual nº 6312, de 03 de setembro de 2012</u>	Institui o Documento de Enquadramento Urbanístico e Ambiental - DEUA a ser apresentado ao Consumidor pelas Prestadoras de Serviços Públicos no Estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6303, de 24 de agosto de 2012</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de farmácias e drogarias, que fazem parte do Programa Farmácia Popular, a disponibilizarem, gratuitamente, balanças em locais visíveis.
<u>Lei Estadual nº 6.295, de 19 de julho de 2012</u>	Obriga as concessionárias de telefonia fixa e celular a cancelarem a multa de fidelidade na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 6.228, de 27 de abril de 2012</u>	Proíbe a oferta de crédito através de abordagem pessoal de consumidores nas condições.
<u>Lei Estadual nº 6.226, de 24 de abril de 2012</u>	Dispõe sobre a proteção e segurança dos consumidores nas agências e postos bancários do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.190, de 28 de março de 2012</u>	Estabelece condições para a comercialização de produtos elétricos e eletrônicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.189, de 28 de março de 2012</u>	Obriga as operadoras de telefonia fixa e móvel a omitirem nas contas telefônicas detalhadas as ligações realizadas ao disque denúncia.
<u>Lei Estadual nº 6.161, de 9 de janeiro de 2012</u>	Estabelece parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sítios eletrônicos no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 6.146, de 4 de janeiro de 2012</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que se utilizam do e-commerce, com hospedagens em sites na internet, que tenham matriz ou filiais no estado do Rio de Janeiro, de inserirem em seus sites, endereços, telefones e dados cadastrais completos.
<u>Lei Estadual nº 6052, de 23 de setembro de 2011</u>	Dispõe sobre a simplificação do atendimento público, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e a autenticação em documentos produzidos no Brasil, institui a "Carta de Serviços ao Cidadão" e a "Pesquisa de Satisfação do Usuário de Serviços Públicos" e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6.007, de 18 de julho de 2011</u>	Dispõe, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e do PROCON, sobre as sanções administrativas e o processo administrativo sancionatório das infrações administrativas às normas de proteção e defesa do consumidor, sobre os critérios para a aplicação de multas aos infratores das normas de proteção e defesa do consumidor, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5972, de 12 de maio de 2011</u>	Altera os artigos 7º e 8º da <u>Lei nº 5390</u> , de 19 de fevereiro de 2009. (Fábricas de fogos de artifício)

<u>Lei Estadual nº 5947, de 12 de abril de 2011</u>	Modifica a Lei nº 3194, de 15 de março de 1999, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.943, de 12 de abril de 2011</u>	Dispõe sobre o Serviço de Guarda de Veículos por Estabelecimentos Comerciais.
<u>Lei Estadual nº 5955, de 18 de abril de 2011</u>	Torna obrigatória a afixação de cartazes em todos os estabelecimentos bancários do estado do Rio de Janeiro, informando sobre o teor da <u>Lei de nº 4.374</u> , de 15 de julho de 2004 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5939, de 4 de abril de 2011</u>	Dispõe sobre a proibição de celulares e aparelhos de transmissão no interior das agências bancárias.
<u>Lei Estadual nº 5.934, de 29 de março de 2011</u>	Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia.
<u>Lei Estadual nº 5.929, de 25 de março de 2011</u>	Estabelece penalidade ao descumprimento da Lei nº 4334/2004 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.911, de 03 de março de 2011</u>	Altera a Lei nº 3669, de 21 de junho de 2001.
<u>Lei Estadual nº 5.910, de 03 de março de 2011</u>	Acrescenta o artigo 2º na <u>Lei nº 4374</u> , de 15 de julho de 2004.
<u>Lei Estadual nº 5.882, de 14 de janeiro de 2011</u>	Acrescenta artigo à <u>Lei nº 5322</u> , de 18 de novembro de 2008.
<u>Lei Estadual nº 5.862, de 06 de janeiro de 2011</u>	Dispõe sobre medidas adotadas nos estacionamentos e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.849, de 28 de dezembro de 2010</u>	Obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.834, de 03 de novembro de 2010</u>	Altera a <u>Lei nº 3450</u> , de 25 de agosto de 2000, modificando o parágrafo único do artigo 1º na forma que menciona.
<u>Lei Estadual nº 5.738, de 07 de junho de 2010</u>	Dispõe sobre a criação da autarquia de proteção e defesa do consumidor do estado do Rio de Janeiro – PROCON– RJ.
<u>Lei Estadual nº 5726, de 19 de maio de 2010.</u>	Fica assegurado às farmácias e drogarias, manterem ao alcance dos usuários medicamentos isentos de prescrição médica.
<u>Lei Estadual nº 5.725, de 19 de maio de 2010</u>	Obriga a afixação de números de telefone para avaliação de motoristas e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.660, de 18 de março de 2010</u>	Torna obrigatória, para todos os restaurantes, lanchonetes e congêneres, a afixação de cartazes com o número do telefone do “Disque Segurança Alimentar – ALERJ”.

Contratos

<u>Lei Estadual nº 5.190, de 14 de janeiro de 2008.</u>	Dispõe sobre o prazo para envio de cobrança por parte das empresas públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual n.º 5.189, de 14 de janeiro de 2008.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de o consumidor ter acesso ao contrato de adesão 24 horas antes da assinatura, e dá outras providências.
Shopping Center	
<u>Lei Estadual nº 5.151, de 10 de dezembro de 2007.</u>	Obriga os shopping centers a disponibilizarem espaço para a implantação de Postos do Procon.
Telefonia	
<u>Lei Estadual nº 4.908, de 28 de novembro de 2006.</u>	Dispõe sobre as normas de desativamento de linha telefônica celular.
<u>Lei nº 4.711, de 23 de janeiro de 2006.</u>	Altera a Lei nº 4.083/03, que determina a colocação de contadores de pulso em cada ponto de consumo no endereço que estiverem instaladas.
<u>Lei Estadual nº 4.669, de 20 de dezembro de 2005.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar nas contas telefônicas as ligações destinadas a linhas fixas, e dá outras providências.
Cartão de Crédito	
<u>Lei Estadual nº 5.849, de 28 de dezembro de 2010.</u>	Obriga as administradoras de cartões de crédito a informar o que especifica e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 5.827, de 21 de setembro de 2010.</u>	Modifica a redação do art.1º da Lei nº 4128, de 16 de julho de 2003 (Ficam as empresas que operam com cartões de crédito obrigadas a dar informação de quitação ou débito existente...)
<u>Lei Estadual n.º 4.671, de 20 de dezembro de 2005.</u>	Obriga as instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito a informarem o valor das taxas de serviços cobradas aos consumidores antes da efetivação do serviço.
<u>Lei Estadual n.º 4.670, de 20 de dezembro de 2005.</u>	Proíbe a suspensão ou limitação do uso de cartões de débito em razão do horário e/ou valor, sem prévia comunicação ao consumidor.
Concessionárias	
<u>Lei Estadual nº 5.739, de 07 de junho de 2010.</u>	Dispõe sobre a abertura e utilização de cadastro, ficha, registro de dados pessoais e de consumo por concessionárias de serviço público, estabelecimentos comerciais e empresas de telemarketing.
<u>Lei Estadual nº 5.649, de 04 de março de 2010.</u>	Acrescenta artigo à <u>Lei 3243</u> , de 6 de setembro de 1999.

<u>Lei Estadual n.º 4.956, de 20 de dezembro de 2006.</u>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de unidade de tratamento de águas servidas em prédios de apartamentos e dá outras providências.
<u>Lei Estadual n.º 4.910, de 28 de novembro de 2006.</u>	Proíbe a obrigatoriedade da adoção do sistema pré-pago para o fornecimento de água, energia elétrica e gás no estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual n.º 4.901, de 08 de novembro de 2006.</u>	Disciplina a instalação de medidores diversos, na forma que menciona.
<u>Lei Estadual n.º 4.898, de 08 de novembro de 2006.</u>	Determina a transferência das contas de água, gás e energia elétrica para o nome do locatário do imóvel.
<u>Lei Estadual nº 3.243, de 06 de setembro de 1999.</u>	Impede que concessionárias de serviços públicos interrompam o fornecimento do bem ou do serviço sem aviso prévio ao consumidor.
Saúde	
<u>Lei Estadual nº 4.672, de 20 de dezembro de 2005.</u>	Dispõe sobre a proibição de exigência de doadores de sangue para realização de procedimentos médicos pelos hospitais públicos estaduais no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Lei Estadual nº 4.662, de 14 de dezembro de 2005.</u>	Proíbe estabelecimentos prestadores de serviços médicos, dentários e afins, de exigirem comprovantes de pagamentos relativos a planos e seguros de saúde e dá outras providências.
Crédito	
<u>Lei Estadual nº 4.643, de 17 de novembro de 2005.</u>	Dispõe sobre as normas para divulgação das taxas de juros do comércio nas vendas a prazo e o crédito direto ao consumidor.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br